

tado federal Marcelo Ramos (PL-AM), afirma que a venda de novas ações seria benéfica para os brasileiros. Além disso, o parlamentar acrescenta que o texto da MP da Eletrobras (1031/21) deve passar por ajustes.

"Essas novas ações que vão ser lançadas no mercado serão o mecanismo para que a empresa tenha capacidade de investimento para os desafios energéticos que o Brasil terá daqui para frente, nos próximos anos, quando

a União terá 45% e que nenhum outro acionista poderá ter mais de 10% das ações", declarou.

#### Embate no Congresso

O ministro de Minas e Energia Albuquerque Bento pronunciou-se à favor da privatização da estatal, justificando o alto potencial de lucro aos cofres públicos - em torno de R\$62 bilhões - e suposta redução nas tarifas. No entanto, fortes pressões são realizadas na Câmara para que a

com a questão da conta de energia principalmente relacionada ao acesso de privatização do setor e co. Nós tivemos a Amazonas Energia privatizada, portanto todo o sistema de distribuição de energia está privatizado e a conta de energia continua aumentando. Então a privatização não baixou o preço e o custo final da tarifa. Na agenda ambiental nós sabemos que o governo federal infelizmente não prioriza tais políticas e isso piora o cenário de "atual", disse.

## NOTÍCIA-CRIME

# Omar Aziz apresenta notícia-crime contra Yara Lins

Ainda nesta semana, o senador Omar Aziz (PSD-AM) apresentou uma notícia-crime à Procuradoria Geral da República (PGR) contra a conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Yara Lins. A iniciativa de Aziz se deu após o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, ter concedido liminar para impedir a quebra do sigilo fiscal e telefônico da conselheira e da filha dela, Teresa Raquel Baima Rabelo, pelo parlamentar, presidente da CPI da Pandemia.

No documento, Aziz pede que sejam apurados supostos delitos praticados durante a gestão de Lins. Entre eles, lavagem ou ocultação de bens, patrimônio incompatível, nepotismo no TCE, falsidade ideológica, crime contra a ordem tributária - sonegação fiscal

- e advocacia administrativa/corrupção passiva.

Segundo o senador, os atos também teriam sido praticados pelos filhos da conselheira, Tereza Baima Rebelo de Souza, Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho e o deputado estadual Fausto Júnior, presente como depoente na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado, ao final de junho deste ano. As denúncias contra Yara, que já presidiu o TCE-AM, tiveram início após o depoimento do filho ao colegiado.

Além da PGR, a notícia-crime de Omar Aziz foi encaminhada ao diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino, ao ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, e ao secretário da Receita Federal, José Tostes Neto. Aos órgãos, o senador do Amazonas

pede a instauração de inquérito policial, o indiciamento dos envolvidos e a proposição de ação penal.

#### Nepotismo

Segundo a notícia-crime, a constatação do nepotismo foi verificada por meio da listagem de funcionários do Tribunal de Contas do Estado, onde trabalham diversos parentes diretos e indiretos da conselheira Yara Lins. O crime em questão ocorre quando um agente público usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes.

No documento de Aziz, constam os parentes diretos de Yara Lins: a irmã Naide Irlane Lins dos Santos, que é chefe do Departamento de Pessoal e Documentação. Além disso, também trabalha no TCE a nora Adria Vieira